

# Mais dois convocados

BRASÍLIA — A Subcomissão de Subvenções vai convocar para depor nos próximos dias os deputados João de Deus Antunes (PPR-RS) e Darci Silva (PPR-MA), que desviaram recursos de subvenções sociais para suas contas bancárias. A decisão foi tomada ontem pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que também confirmou o depoimento do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), ex-presidente da Câmara, para o dia 7 de dezembro. A CPI voltará a reunir-se na segunda-feira à tarde para definir os próximos depoimentos.

Os deputados João de Deus Antunes e Darci Silva ficaram com parte dos recursos de subvenções destinadas à Ação Social Evangélica, em Porto Alegre (RS), e à prefeitura de Imperatriz, no Maranhão, respectivamente. O próprio deputado João de Deus admite que dos US\$ 64 mil destinados à entidade, US\$ 12 mil foram depositados em sua conta na agência do Banco do Brasil na Câmara dos Deputados. "Foi para ressarcir despesas que já tinha realizado", defendeu-se.

A conta do deputado Darci Silva recebeu US\$ 29 mil, parte de uma verba que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinou à prefeitura de Imperatriz. A descoberta destes dois casos está preocupando os integrantes da CPI, pois a investigação feita nas entidades foi ale-

tória. "A investigação foi por amostragem e temos que refletir muito sobre isso", disse o vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS).

Empreiteiras citados por José Carlos Alves dos Santos como envolvidas no escândalo de corrupção serão ouvidas inicialmente pelas subcomissões e só depois, se for necessário, prestarão depoimento ao plenário da CPI. Estão nesta situação a CBPO (do grupo Norberto Odebrecht), a Tratex, a CR Almeida, a OAS, a Queiroz Galvão, Cowan, Andrade Gutierrez e Servaz, que será chamada novamente. Passarinho afirmou ontem, sobre a proposta do deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) de promover uma devassa no DNER, que esta deverá ser uma das conclusões da própria comissão.

□ O deputado João de Deus Antunes (PPR-RS) afirmou ontem em Porto Alegre que, quando a CPI abrir suas contas bancárias, "ficará provado" que não se apropriou de US\$ 63 mil destinados a uma entidade evangélica, conforme denúncia do deputado José Fortunatti (PT-RS). Ele admitiu, entretanto, que ficou com uma parte do dinheiro que não soube precisar — no Congresso havia dito que seriam US\$ 12 mil — para se ressarcir do pagamento de dois mil uniformes escolares e alimentos destinados à população pobre, que teria comprado com seus próprios recursos.